

# Comissão decide apoiar os Estados

CESAR FONSECA

são, a partir das 9 horas de hoje.

## POUCO CASO

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso decidiu desconhecer a exigência feita pelo Governo aos Estados, de pagamento de 25 por cento de suas dívidas vencidas e a vencer, no contexto do novo orçamento encaminhado ao Legislativo, e poderá aprovar um relatório a ser apreciado pelo plenário que contempla um déficit do setor público superior ao estimado pelas autoridades econômicas.

O relatório da comissão a ser discutido a partir das 9 horas de hoje mantém a proposta do relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), de que os Estados deverão pagar somente 25 por cento da dívida a vencer no próximo ano. Pela proposta oficial, estimava-se uma arrecadação de Cz\$ 550 bilhões junto aos governos estaduais. Estes, segundo a proposta da Comissão de Orçamento, deverão desembolsar somente Cz\$ 70 bilhões. Para cobrir a defasagem de Cz\$ 480 bilhões, o relator sugerirá ao Governo, em seu relatório, que compense com redução de subsídios e incentivos fiscais, reduza a reserva de contingência e até aumente a emissão de títulos do Governo e a emissão de moeda.

Almir Gabriel destacou que o seu relatório não alterará a meta do déficit público prevista no novo orçamento encaminhado ao Congresso pelo Governo. A proposta orçamentária prevê um pequeno déficit de 0,56 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a Cz\$ 346,4 bilhões. Gabriel prometeu mantê-lo, mas ressaltou que a Comissão poderá desconhecer o seu relatório e alterá-lo. Ainda que a Comissão mantenha a meta do déficit sugerida pelo Governo, o plenário do Congresso poderá alterá-la, pois é soberano para isto, esclareceu o senador.

A possibilidade de o déficit aumentar foi justificada por Almir Gabriel pelo fato de que não está afastada a hipótese de erros e omissões por parte do Governo. Os integrantes da Comissão, destacou, desconfiavam de que o Governo superestimou despesas e subestimou receitas de forma a compor um déficit adequado aos seus interesses. Tudo dependerá, ressaltou, das discussões que se darão ao nível da comis-

O relator fez pouco caso do argumento do Governo segundo o qual será indispensável manter um déficit público zero em relação ao PIB. Ressaltou que nos últimos cinco anos, segundo dados do próprio Governo, o déficit calu de 7 por cento para algo em torno de 3 por cento, mas a despeito disso, a inflação aumentou de 200 para 900 por cento ao ano. "Dizer que zerar o déficit resolveria o problema da inflação, é uma falácia", destacou. Entretanto, como o Governo insiste na necessidade de zerar o déficit, ou conviver com ele em nível irrisório como condição "sine qua non" para garantir o pacto social acertado com empresários e trabalhadores, a Comissão Mista de Orçamento, segundo Gabriel, não pretende transforma-se em impediço ao alcance de tal objetivo.

A comissão, no entanto, destacou o senador, está dividida. Uma parte considera a necessidade de conter o déficit para contribuir com o esforço oficial de combater a inflação. Outra parte da comissão, no entanto, não comunga com essa opinião. A definição se dará na votação final entre os seus membros e no plenário do Congresso. No Congresso, onde é garantido constitucionalmente pedidos de destaques para a votação, poderão surgir propostas que alterem até mesmo a proposta da Comissão Mista de Orçamento. Nesse caso, não está afastada a possibilidade de o Congresso votar um orçamento com déficit superior ao previsto pelo Governo.

Se isto vier a acontecer não será, para o senador Almir Gabriel, o fim do mundo. Afinal, há três meses, quando enviou em 30 de agosto a primeira proposta orçamentária esta previa um déficit de 2,26 por cento do PIB. A segunda proposta alterou essa meta, corrigindo-a para um superávit de 0,07 por cento do PIB. A terceira proposta, que suprimiu a segunda, prevê um déficit de 0,56 por cento do PIB. Esta última proposta foi encaminhada como sendo uma mensagem substitutiva, mas a Comissão de Orçamento, com base no artigo 166, inciso 5, da nova Constituição, entendeu que o Presidente encaminhou apenas uma nova proposta. E como proposta, o Congresso, soberano para votar o orçamento, poderá ou não acatá-la.